

## **O caminho do reconhecimento: investigações sobre os pressupostos morais de Jean-Paul Sartre\***

**Recognition's Way: investigations on the moral assumptions of  
Jean-Paul Sartre**

**Thiago Teixeira\*\***

### **Resumo**

O nosso artigo tem como escopo a discussão acerca do reconhecimento como um importante problema moral contemporâneo. Propomo-nos a elencar questões a respeito da natureza do reconhecimento, bem como o seu alcance enquanto exigência moral. Estipulamos como horizonte epistemológico o existencialismo de Jean-Paul Sartre. Debruçamo-nos sobre a realidade tensional do conflito das liberdades, mas não encerramos a discussão nesse "inferno" promulgado na relação de alteridade na ótica sartriana. Nossa intensão perpassa, assim, a necessidade de constituir um horizonte do valor, a partir dessa tensão do encontro das liberdades e, mais, confirmar a viabilidade de uma moral existencialista alicerçada na responsabilidade radical e situada.

**Palavras-chave:** Reconhecimento; moral; existencialismo; liberdade; Sartre.

---

\* Artigo enviado em 03/05/2016 e aprovado para publicação em 23/05/2016.

\*\* Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). E-mail: julianbg\_sj@yahoo.com.br.

## Abstract

Our article has as scope the discussion about recognition as an important contemporary moral problem. We propose to list questions about the nature of recognition as well as its scope as a moral requirement. We stipulate the Jean-Paul Sartre's existentialism as epistemological horizon. We turn to the tensional reality of the conflict of freedoms, but we do not end the discussion in this "hell" promulgated in the relation of otherness in Sartre's optics. Our intention is therefore to establish a horizon of value based on this tension of the meeting of freedoms and, moreover, to confirm the viability of an existentialist morality based on radical and situated responsibility.

**Keywords:** Recognition; moral; existentialism; freedom; Sartre.

## 1. Introdução

Em tempos em que as palavras de ordem são multiculturalismo e democracia, nós nos colocamos a seguinte questão: qual é o lugar do outro em nosso lugar de sentido? Nós sentimos que esta questão, embora não seja contemporânea, se perdeu nos mares epistemológicos e ideológicos que se sustentam em lugares fechados para a discussão. Vivemos, sem dúvida, no lugar do não reconhecimento ou, pior, do reconhecimento problemático.

Ao assumirmos uma perspectiva fenomenológica, reconhecemos que a consciência — importante iluminadora dos fenômenos — exerce um movimento rumo àquilo que lhe falta, ou seja, indica, em imediato, um lugar dispo de si mesma. O lugar do outro aparece, por exemplo, em Hegel em sua *dialética do senhor e do escravo*. Há aqui um apelo ao outro enquanto sujeito, isto é, um *não eu* aparece a mim em sua diferença. Ademais, eu o reconheço, pois há entre nós uma reciprocidade simultânea, embora ela ocorra no lugar da diferença. Aliás, é ela que permite, nesse caso, o reconhecimento. Reciprocidade esta que nos remete ao que Taylor chamaria de *constituição dialógica da identidade*. Destarte, esse lugar de mutualidade nos indica uma identidade reconhecível. Logo, somos nós mesmos a partir do olhar e da relação com os outros.

A identidade humana não é algo que realizamos sozinhos, de forma monológica, mas dialogicamente. O diálogo é uma importante característica dos seres humanos. Dialogar é central para compreender a

realidade que nos circunda, mas antes de tudo para compreender a nós mesmos. A dimensão dialógica da existência humana implica que os dialogantes sejam reconhecidos enquanto tais: “Minha descoberta de minha identidade, (...) eu a negocio por meio do diálogo, parte aberto, parte interno, com o outro” (RIBEIRO, 2012, p. 135).

Se a identidade humana se constitui na interface, ou seja, na situação e junto a outras pessoas, é preciso conceber que nós somos responsáveis pelo modo com que nos fazemos ver e, mais, pelo modo como nós afetamos em relação a outrem. O sentido de responsabilidade é radical quando miramos um quadro valorativo aberto. Somos impelidos a assumir as situações nas quais estamos inseridos e, com elas, nos responsabilizar pelos outros. Esse compromisso, embora esquecido, denota nossa condição humana.

Tudo aquilo que me acontece é *meu*; deve-se entender por isso, em primeiro lugar, que estou sempre à altura do que me acontece, enquanto homem, pois aquilo que acontece a um homem por outros homens e por ele mesmo não poderia ser senão humano. As mais atrozes situações da guerra, as piores torturas, não criam um estado de coisas inumano; não há situação inumana; é somente pelo medo, pela fuga e pelo recurso a condutas mágicas que irei *determinar* o inumano, mas esta decisão é humana e tenho de assumir total responsabilidade por ela (SARTRE, 2010, p. 678).

O problema está na fuga da responsabilidade, bem como na ausência do diálogo. Tal falta se torna barreira e não lugar de construção. Aqui, identificamos dois problemas morais: o não reconhecimento e o reconhecimento problemático. Acerca do primeiro, destacamos a extensão violenta de seu agente — em todos os níveis —, pois ele mesmo não suporta lidar com enquadramentos que lhe soem estranhos. Ele concebe previamente seus determinantes normativos e não se move rumo a nada que destoe de tais perspectivas. Nós, brasileiros, por exemplo, lideramos números de violência expressivos quando o assunto é a diferença.

Tratar do não reconhecimento é, ao mesmo tempo, lidar com um distanciamento provocado pela recusa ao diálogo. Ele corresponde à busca incessante pelo enquadramento normativo e de existência. Para nós, essa postura configura um contrassenso, pois a existência humana é o lugar, dos contrastes. As identidades, como afirmamos, emergem desse contato com

o outro que é em si mesmo expressão da diferença. Deste modo, a própria expressão de nós mesmos surge através do desigual.

Compreendemos que a intolerância se sobrepõe ao reconhecimento pelo medo. O diferente sempre causa espanto, asco, repulsa — todas estas volições inicialmente violentas —, mas não paramos para pensar que há outro e que para ele nós somos diferentes. A intolerância é fator determinante do não reconhecimento. Ela, assim, por objetiva um horizonte antidemocrático e pouco justo.

Em Beauvoir, por exemplo, encontramos uma análise da mulher como absolutamente outro, isto é, aquele lugar de reciprocidade simultânea anunciado por Hegel se perde, na medida em que a figura do feminino está subjugada. Foi negada à mulher a possibilidade de equiparação nesse lugar. Para a filósofa, é preciso que a mulher se torne algo distinto ao seu *destino* predeterminado e prefixado. Assim, a existencialista declara que

Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta. Desde que ela deixa de ser uma parasita, o sistema baseado em sua dependência desmorona; entre o universo e ela não há mais necessidade de um mediador masculino (BEAUVOIR, 2009, p. 879).

Acreditamos que o lugar da diferença é o caminho para o reconhecimento. Deste modo, reconhecer não corresponde à supressão da distância, mas exigência para construção de valores que abarquem a todos em suas singularidades. Embora a singularidade não deva ser a única via interpretativa, pois elas mesmas são pretextos, por vezes, para a violência.

O discurso violento se pormenoriza e não alcança a profundidade dessa discussão: a diferença é terreno do diálogo, mas ela não é em si o lugar último da discussão. É preciso que nós a identifiquemos como ponto inicial, ou seja, assumir que existe o outro nos inclina a sair de nossa zona de conforto. A diferença do outro, no entanto, não o reduz, tampouco pode minar esse caráter relacional. Assim, o não reconhecimento pode ser identificado como violento e limítrofe, uma vez que suas extensões atacam e não conseguem avançar rumo ao outro mesmo. Noutra ponta, o reconhecimento problemático se determina pelo olhar do outro que denota meu enquadramento e nesse caso podemos dizer, orientados por Butler — apesar de sua crítica à fenomenologia e às filosofias do sujeito, como o existencialismo de Sartre, por exemplo —, que,

O reconhecimento, porém, torna-se um conceito nada perspicaz quando refletimos sobre como poderia

funcionar com relação a esses cenários. Além da questão de quem confere reconhecimento e que forma ele assume, temos também que nos perguntar o que precisamente seria “reconhecido”? A homossexualidade da pessoa gay? A crença religiosa do mulçumano? Se nossos enquadramentos normativos pressupõem que essas características aparentemente definidoras de sujeitos singularmente determinados constituem seus objetos adequados, então o reconhecimento se torna parte da própria prática de ordenar e regular os sujeitos de acordo com normas preestabelecidas (BUTLER, 2015, p. 202).

O ato de engessar o outro numa performance, ou seja, limitá-lo em apenas um aspecto de sua existência e, a partir daqui, determinar o lugar de aproximação, configura uma face do reconhecimento problemático. Aproximamo-nos até aonde nos convém ou é aprazível a nós. O problema desse reconhecimento falho está em sua debilidade moral, ou seja, aqui somos capazes de respeitar alguém enquanto isso nos é conveniente. Como se o outro estivesse a serviço de minha interpretação ou do limite no qual eu o coloco.

Não há nenhuma virtude nessa disposição e, mais, podemos tratar de sua existência como mais violenta e torpe do que o não reconhecimento. Neste o agente define sua incapacidade de se mover rumo a outro, naquela modalidade ele dissimula algo de modo torpe e baixo.

Reconhecer, para nós, pressupõe em si uma disposição moral. A percepção do outro e, mais, de nosso encontro que, em tempo algum, pode ser visto como algo imediatamente ameno, visto que se trata de um encontro de liberdades, exige um lugar de construção do valor a partir dos múltiplos olhares postos frente-a-frente. O reconhecimento é em si mesmo moral. Não reconhecer ou forjar o reconhecimento indica ausência moral, visto que expressa um homem que não consegue se dissociar de si mesmo e de suas próprias convicções ensimesmadas. Acreditamos que esse conceito possui uma radicalidade moral por dois motivos: exige o nosso confronto com o outro; e nos possibilita inventar valor a partir das realidades humanas em sua concretude.

Nossa perspectiva se atém ao problema do reconhecimento enquanto pressuposto indispensável para a moralidade. Desta feita, não há como negar o caráter engranzado desses dois tópicos. Pensamos que uma proposta moral em si mesma está permeada — ou deveria estar — de reconhecimento. Compreendemos que a moral se determina como o lugar da construção do valor, isto é, horizonte no qual a humanidade se realiza, visto que a vivência exige e constrói concomitantemente os homens. A palavra, em sua origem, indica a realidade humana e seus entornos, ou seja, a moral

designa costumes, a conduta da vida, as regras de comportamento. Etimologicamente há, então, um sentido muito amplo. Ela se refere ao agir humano, aos comportamentos cotidianos, às opções existenciais. Ela faz pensar de maneira espontânea em normas regras de comportamento, princípios, valores (DURANT, 2008, p. 9).

Entendemos que o valor se apresenta como uma exigência humana, isto é, ele emerge junto à liberdade humana em situação. Se, de fato, o valor surge num lugar ele abarca aos outros, visto que nós somos seres com os outros. Escolher a si mesmo também indica uma escolha pelos outros. Estamos, então, diante de um problema fundamental: a alteridade. Ela pode apresentar duas faces.

Na primeira, a alteridade se limita aos iguais, entendendo que o outro não apresenta nada que diferencie, logo, somos todos, parte de uma mesma matriz. De outro lado, a alteridade existe entre diferentes, ou seja, se sustenta na lacuna entre o eu e o outro que, para nós, deve ser “preenchida” com o valor moral.

Os iguais se limitam numa dicção unilateral. Suas perspectivas se encerram na compreensão do outro como o mesmo. Aqui não há nenhuma instância ou resquício de um reconhecimento autêntico, pois ele é enfraquecido no fechamento do outro no eu. Ele, com sua restrição, não provoca o encontro, posto que não acena qualquer disposição de desbravar um solo desconhecido. Este modo de alteridade inviabiliza a falta, o que nos soa muito estranho, uma vez que a falta designa a humanidade.

Destacamos que a falta é marca fundamental da existência humana e, por sua vez, aponta seu caráter fenomenológico e ontológico. A consciência enquanto intencionalidade é vazia em si mesma, busca fora sua constituição. Esta, enquanto liberdade, faz a si mesma através das escolhas numa situação que, como sabemos, não suprime os outros. Desta feita, acreditamos que o reconhecimento do mesmo não configura uma experiência autêntica.

A experiência real do reconhecimento explicita-se na configuração dialética dos encontros, ou seja, no confronto entre as liberdades. Podemos dizer que *reconhecimento* não é positivo. Essa proposição deve ser examinada com cautela para não nos perdermos em más compreensões. O que chamamos aqui de “positivo”?

Tendemos a nos distanciar do *reconhecer* numa dimensão amena e sem tensões. Entendemos que essa dimensão, sem o confronto, está em desnível e passa ser uma relação de opressor e subjugado. Apenas as relações que permitem o nivelamento e o confronto direto entre duas consciências podem ser vistas como reconhecimento. Imaginemos uma relação na qual um interlocutor assume um discurso de ódio ou de

determinação das ações do outro. Pois bem, o que interpela e subjuga enxerga o oprimido, mas não o reconhece, na medida em que se instaura entre eles um abismo de sentidos e representações.

Nesse sentido, o reconhecimento é negação por dois vieses: a) do confronto de consciências; b) da abertura de sentidos. Vejo o outro, isto é, não como analogia, mas ele aparece para mim enquanto corpo situado. Sua aparição não se reduz à minha imaginação, mas a concretude de sua liberdade que escolhe, age, fala e se manifesta a mim, como outro. Ele, assim como eu, está fadado a constituir o valor e o sentido de nós mesmos e do mundo que nos cerca. Constituir indica movimento e como sabemos o movimento não denota caráter absoluto.

Nós vemos o outro e suas escolhas nos intrigam. Isso ocorre porque elas podem ser similares às minhas num campo e noutros lugares, ser amplamente distintas às que a mim são aprazíveis. Assim nos aproximamos de Sartre que, através de seu existencialismo, abre espaço para a perspectiva da tensão na relação eu-outro, mas oferece, na mesma medida, uma ótica moral que se sustenta na constituição do valor e na responsabilidade.

## **2. O olhar e suas aberturas**

Sartre, em sua compreensão da relação "eu-outro" assume, à primeira vista, uma dimensão pessimista no que tange àquele encontro. Podemos dizer que seu pensamento, por vezes, é negligenciado por sua inferência na obra *Entre quatro paredes*: "o inferno são os outros". Uma leitura apressada admite não ser possível determinar enunciados morais, em seu existencialismo, em razão daquela máxima.

Nós, no entanto, admitimos uma moralidade pungente no existencialismo na modalidade de Sartre. Desta feita, percebemos que suas perspectivas acenam para um lugar de reconhecimento que nos impele à perspectiva moral. É certo que lemos a querela do reconhecimento como um dos principais problemas morais de nosso tempo e trataremos dessa discussão sob a ótica de Jean-Paul Sartre.

Entendemos, assim, que o reconhecimento apresenta uma ambivalência negativa: vivemos nos limites do reconhecimento problemático e do não reconhecimento. Aquele se funda na aceitação transitória e objeto do outro e, na mesma esteira o segundo problema configura uma não aproximação total do outro enquanto tal. Tal querela, em Sartre, está na tensão, ou seja, o outro aparece a nós ora como sujeito, ora como objeto e, na mesma esteira, apresentamos esse movimento no horizonte de seu olhar. No entanto, o existencialista francês não suplanta a exigência da configuração de um horizonte de valor cuja finalidade será a horizontalização e o reconhecimento.

Podemos dizer que o para-si — enquanto ser de valor — possui em si esse compromisso, isto é, lançar-se ao lugar da finalidade do valor. Sua realidade carrega essa responsabilidade, ou seja, de configurar um horizonte humano a partir do nada, das possibilidades que lhe são abertas. Logo, o homem precisa constituir um lugar valorativo, horizontalizado e humano, no sentido concreto dessa vivência.

Isso nos faz pensar que, mesmo na tensão transitória, elegemos valor e moral a fim de promulgarmos um mundo no qual somos ampla e largamente responsáveis uns pelos outros. Não há como escaparmos de uma análise fenomenológica e ontológica para fundamentarmos nossa perspectiva: de uma abertura ao outro numa perspectiva moral, em Sartre.

Há, no cerne de seu existencialismo, uma superação, se assim podemos colocar, das filosofias da consciência que admitem o outro através da estrutura análoga da consciência. Para ele, o outro é concreto e podemos acessá-lo através de seu corpo situado e, mais, nos vinculamos a ele por intermédio, também de nossas emoções. O existencialista francês rejeita apreensão da existência do outro apenas no horizonte do transcendental.

O verdadeiro problema, portanto, é o da conexão entre os sujeitos transcendentais Para-além da experiência. Se nos retrucam que desde a origem, o sujeito transcendental remete a outros sujeitos *para a constituição* do conjunto noemático, será fácil responder que remete a eles como remete a *significações*. O outro seria aqui uma categoria suplementar que permitiria constituir um mundo, e não um ser real existente Para-além desse mundo. E, sem dúvida, a “categoria” de Outro presume, em sua própria significação, uma remissão do outro lado do mundo a um sujeito; mas tal remissão só poderia ser hipotética (SARTRE, 2009, p. 304).

Devemos, contudo, desconsiderar a noção de consciência para tratar da relação eu-outro? Antes de tudo, devemos nos ater ao fato de que a experiência do outro se dá enquanto fenômeno e não pode haver um fenômeno sem o seu ser: o para-si. Essa experiência do fenômeno não retira o outro da situação e da realidade histórica-temporal. Nosso acesso ao outro se dá também através das vontades e emoções, perspectiva essa que lança Sartre na discussão da volição.

No que tange à experiência da consciência da existência do outro, indicamos que nossa própria consciência apreende a si numa relação sincrética entre um sujeito e um objeto ainda não objetivado, isto é, ele mesmo. Nessa dimensão o outro aparece como mediador, visto que ele, enquanto si mesmo, compreende sua existência e admite outras realidades

existentes que não são ele mesmo. Desta feita, “eu sou tal como apareço ao outro” (SARTRE, 2009, p. 307).

A existência do outro não é mera ilusão ou constatação analógica. O outro faz emergir em nós emoções que não poderiam ser acessadas sem essa mediação. Imaginemos um jovem que, em seu quarto, sozinho, realiza um ato na segurança de sua privacidade. Sua ação é despreocupada e, mais, despreocupada. Agora, quando ele percebe que alguém o olha pela fechadura da porta surge em sua existência a vergonha. A existência do outro e de seu olhar fazem com que aquele jovem perceba dimensões em sua existência que não seriam acessadas sem o intermédio de outrem. Ele se torna mediador, pois nossa existência, em situação, não se encerra no solipsismo, ao contrário, nós somos seres com os outros.

A dicção acerca da tensão entre o eu e o outro se concentra no olhar. Nele, o outro aparece a mim, enquanto corpo situado, de modo totalizado. Nós o vemos à distância junto às coisas e ele, então, assume a categoria de em-si. Para Sartre, essa distância que compomos em relação aos outros consolida um conjunto de relações que são percebidas por nós à distância. A grande questão está no fato de que o outro também nos olha. O olhar do outro e, mais, as possibilidades que são postas fora de nós fazem com que nós atestemos que os outros não são extensões de nossa forma de compreender ou significar o mundo, mas, ao contrário, são existências que são e não derivam de nós. Ele, o outro, também está à distância do mundo e me vê, por vezes, como parte integrante dessa realidade objetual. Logo, aquele que outrora era um outro-objeto se torna um outro-sujeito, porque me enxerga.

O outro é, nesse plano, um objeto no mundo que deixa definir pelo mundo. Mas esta relação de fuga e ausência do mundo com relação a mim é apenas provável. Se é ela que define a objetividade do Outro, então a qual presença original do Outro poderá se referir? Podemos responder logo: se o Outro-objeto se define em conexão com o mundo como o objeto que vê o que vejo, minha conexão fundamental com o Outro-sujeito deve poder se reconduzida à minha possibilidade permanente de *ser visto* pelo outro. É na revelação e pela revelação de meu ser-objeto para o Outro que devo poder captar a presença de seu ser-sujeito (SARTRE, 2009, p. 331).

Constatamos, assim, a existência do outro que, mesmo tensional, não suplanta o pressuposto moral sartriano: a responsabilidade. Reconhecemos que a discussão da relação eu-outro nos limites da fenomenologia indica uma tensão, mas esta, em tempo algum, negligencia o fato de que as realidades humanas são, em alto grau, liberdade. Desta feita, percebemos

que essas liberdades são concretas e em situação e, desse modo, escolhem. Percebemos que há, no fundo dessa tensão, uma responsabilidade que, para nós, exige uma moral.

Podemos dizer que se há uma abertura na relação de alteridade, ela denota a realidade humana e no fundo dessa oposição nasce a necessidade do valor. O que isso quer dizer? Concebemos que a nadificação presente no cerne dessa relação exige a responsabilidade que, para nós, acena a uma moralidade. O outro me olha e, na mesma medida, ele é submetido ao meu olhar. Fato é que estamos diante dos outros como liberdade e essa realidade é, sim, conflitante. No entanto, Sartre aponta o não solipsismo intrínseco à realidade humana ao declarar que "o ser-Para-outro é um fato constante de minha realidade humana" (SARTRE, 2009, 358).

Para alcançarmos nossas pretensões, vale ressaltar que a responsabilidade passa a ser, no horizonte epistemológico de Sartre, o lugar tensional de encontro entre essas liberdades. Está implícito que a realidade humana é aberta e, mais, que está diante de nós o horizonte de sentido que elegemos. Assim, nossa responsabilidade é maior do que supomos, ela é concreta e também extrapola nossa existência particular.

Assim, a primeira decorrência do existencialismo é colocar todo homem em posse daquilo que ele é, e fazer repousar sobre ele a responsabilidade total por sua existência. E quando dizemos que o homem é responsável por si mesmo, não queremos dizer que ele é responsável estritamente por sua individualidade, mas que é responsável por todos os homens (...) Quando dizemos que o homem faz a escolha por si mesmo, entendemos que cada um de nós faz essa escolha, mas, com isso queremos dizer também que, ao escolher por si, cada homem escolhe por todos os homens (SARTRE, 2010, p. 26-27).

É importante frisar que o existencialista francês não se vincula, aqui, a formalismos. Sartre é claro ao designar que essa escolha "por todos" se determina na situação. Desta feita, nos responsabilizamos por aqueles que estão conosco de modo concreto. Para nós, o reconhecimento se vincula diretamente à liberdade e à responsabilidade. Somos impelidos, segundo Sartre, a assumir uns aos outros nesse jogo livre que é existir.

### **3. Valor, responsabilidade e engajamento**

A dinâmica da existência autêntica tem como estrutura a liberdade. Ela, como sabemos, emerge da compreensão angustiada<sup>1</sup> de existir. Assim, determinamos que o homem, ao assumir a sua vida e a moralidade aqui implícita, compreende que sua adesão não está apartada dos outros e isso porque ele está, em situação, frente aos outros. É sabido que, no ensejo do existencialismo segundo a modalidade sartriana, os homens estão em permanente tensão, por efeito de suas liberdades que se contrastam entre si.

Tal realidade de nadificação faz com que emergja um lugar comum: o valor. Ele é, assim com o a realidade humana, o espaço da possibilidade e, desta maneira, o lugar de encontro entre a realidade do para-si e do para-outro. Percebemos que o valor é, em sua nadificação, o lugar de configuração de um horizonte de responsabilidade, reconhecimento e compreensão. Para Sartre, a compreensão

consiste, pois, no fato de que dois seres diferentes, situando-se na sua diferença, chegam a se entender. Que compreendermos então? Evidentemente, o que é apreendido da situação e transformado, a partir deste conhecimento, por aquele a quem estudamos. Ou por outra: tomamos a situação objetiva e a partir desta situação objetiva que tentamos apreender vemos um homem que esclarece sua situação agindo. Compreendemos seu ato pela situação, a situação por seu ato e, ambos, a um só tempo acabam por nos fornecer uma compreensão acerca do que ele quer e do que sente (SARTRE, 1986, p. 73).

Está claro, assim, que Sartre não suprime a distinção entre os homens, mas acena à necessidade de se instaurar um horizonte de entendimento a partir das diferenças nelas mesmas. Podemos compreender que a existência moral se determina, em sua perspectiva, na atribuição de um horizonte de real reconhecimento do outro em sua diferença. Assim, o outro está resguardado em sua singularidade e não pode ser passível a negligência ou qualquer tentativa de aniquilar ou abafar sua liberdade. Aqui, vemos a necessidade de se instaurar um horizonte de sentido e valorativo que alcance o outro em sua disparidade.

Compreendemos que a responsabilidade está nesse lugar, qual seja; de constituir um liame entre as liberdades. Responsabilizar-se é, em alto

---

<sup>1</sup> A angústia, nos alcances epistemológicos do existencialismo sartriano, não assume uma sonoridade pessimista. Ao contrário do que muitas pessoas pensam, Sartre, ao indicar o liame entre liberdade e angústia, apresenta esse último pressuposto como marca de uma ação. Agir é modificar e escolher, logo, indica uma responsabilidade. Todo aquele que já fez grandes escolhas e ações sabe que não há como fazê-lo sem peso.

grau, considerar sua escolha e sua existência, mas não configura, em tempo algum, a recusa pela existência de outrem. A existência humana, aqui, assume de fato o status de liberdade. Ela indica a existência do mundo e, por isso, possui caráter opressivo<sup>2</sup>, pois se realiza na e pela existência da realidade humana. Por isso indicamos a relação intrínseca entre angústia e liberdade.

Portanto a responsabilidade é, para Sartre, a assunção de uma situação, e essa assunção se nos é apresentada — ainda que talvez o próprio Sartre não concordasse com o termo — como um *imperativo*, qual seja: já que somos condenados a ser livres, *nós devemos assumir nossa liberdade*, isto é, assumir nossas escolhas e reivindicar as consequências de nossos atos. É o que caracteriza para Sartre a autenticidade (PFEIL, 2008, p. 157).

No cerne da situação, a realidade humana não se vê dissolvida noutras existências, mas, ao contrário, frente a elas. Atesta-se uma necessidade, qual seja: da eleição. Eleger é, ao mesmo tempo, a configuração de um lugar a partir da derrelição. Abandonado no mundo o homem se vê ampla, larga e profundamente cioso do outro e do mundo. Podemos dizer que o valor se instaura nesse campo de necessidade e construção. A realidade nadificada dessa relação permite o reconhecimento.

"O outro é a consciência que eu não sou". Não fosse essa negação originária, eu jamais poderia me certificar, através do conhecimento que viesse a ter do Outro, que este é um sujeito e não um objeto. Na verdade, aquilo que torna possível qualquer experiência com o Outro é a certeza originária que a precede. Da mesma maneira que tenho de ser, em mim mesmo, negação do meu Ser e do mundo para ter consciência deles, é necessário que eu seja essa negação do Outro em mim para ter consciência dele (PERDIGÃO, 1995, p. 138).

---

<sup>2</sup> Sartre designa à existência humana a responsabilidade pelo sentido da facticidade. Assim, só há mundo porque existem homens que o realizam em sua abertura de possibilidade. O homem está entregue a um paradoxo, isto é, "condenado a ser livre" (SARTRE, 2010, p.33) não pode se furtar do compromisso total com a sua existência e da responsabilidade com o mundo que o circunda.

A existência do outro aparece a nós enquanto projeto, na medida em que nós o reconhecemos nas relações concretas e no interior de nossa habitação material. Desta feita, reconhecemos que ele, o outro, não é uma extensão de nós e também realiza um projeto, pois ele age e escolhe.

É preciso, nessa discussão, perceber que a diferença ontológica nos lança numa perspectiva moral do reconhecimento. Como isso é possível? Eu reconheço o outro, na medida em que percebo sua distância de mim. No centro dessa distância não está a violência, mas a necessidade de erigir um valor: a responsabilidade.

Ser responsável é, para Sartre, escolher a facticidade e eleger valor. Identificamos essa esteira valorativa como o lugar no qual as realidades se encontram de modo horizontal. Uma existência autêntica exige de outra sua liberdade e não a alienação. É por esse motivo que Sartre enaltece a figura do escritor e o coloca na posição de engajado. Ele, através de sua arma, incita a liberdade de seu leitor e não o vê como objeto de manobra. Sartre, ao tratar de suas *Reflexões sobre o nazismo*, indica que o valor não está na posição de subjugar ou ter com o outro uma postura vertical. Podemos entender que ele está, então, na configuração de uma perspectiva horizontal e livre.

O anti-semitismo não é apenas a alegria de odiar; busca prazeres positivos: tratando o judeu como um ser inferior e pernicioso, afirmo isso ao mesmo tempo que pertenço a uma elite. E esta, muito diferente nisto das elites modernas que se baseiam no mérito ou no trabalho, assemelha-se em tudo a uma aristocracia de nascimento (...) não confundamos tal primazia de princípio com o valor. O anti-semita não sente grande anseio pela posse do valor. O valor é procurado como a verdade e dificilmente descoberto, é preciso merecê-lo e, uma vez adquirido, está perpetuamente em xeque: um passo em falso, um erro, e ele se evola; assim continuamos em descanso, de uma ponta a outra de nossa vida, responsáveis pelo que valem. O anti-semita foge da responsabilidade como foge de sua própria consciência e escolhendo para a sua pessoa a permanência mineral, escolhe para a sua moral uma escala de valores petrificados (SARTRE, 1968, p.16).

Somos impelidos a perceber que há, de fato, uma perspectiva moral no pensamento de Sartre. É possível também determinar que essa moralidade se estrutura sobre a liberdade que não mina o reconhecimento, mas, ao contrário, faz com que a distância entre o eu e o outro permita o

surgimento do valor. O reconhecimento nesse lugar se organiza como o lugar da perspectiva do outro e de sua distância, mas não da subjugação do outro. O valor pode ser percebido como o horizonte da abertura e do engajamento pelo próprio projeto e, mais, por uma existência autenticamente ciosa de instaurar um lugar onde as diferenças não são premissas violentas, mas viáveis, na eleição de uma facticidade na qual as relações são possíveis e de modo horizontal.

## Referências

### Primária

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2010.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: Ensaio de ontologia fenomenológica*. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

### Secundária

BARBOSA, Elyana. Jean-Paul Sartre, o Filósofo da Esperança. In: CESAR, Marcondes Constança; BULCÃO, Marly (Org.). *Sartre e seus contemporâneos: Ética, racionalidade e imaginário*. São Paulo: Idéias & Letras, 2008, p.9-16.

BEUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEUVOIR, Simone de. *Por uma moral da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CARDOSO, Delmar. A liberdade em *L'être et le néant*: Descrição e problemas. *Síntese - Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, n.103, 2005, p. 203-218.

DURANT, Guy. *A bioética: natureza princípios e objetivos*. São Paulo: Paulus, 1995.

PFIEL, Claudio Luis. Moral em Sartre: uma porta para o possível. In: CESAR, Marcondes Constança; BULCÃO, Marly (Org.). *Sartre e seus contemporâneos. Ética, racionalidade e imaginário*. São Paulo: Idéias& Letras, 2008. p.147-161.

RIBEIRO, Elton Vitoriano. *Reconhecimento ético e virtudes*. São Paulo: Loyola, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. *Diário de uma guerra estranha*. Tradução Aulyde Soares Rodrigues e Guilherme João de Freitas Teixeira. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2005.

SARTRE, Jean-Paul. *Reflexões sobre o racismo*. Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

SARTRE, Jean-Paul. *Sartre no Brasil – A conferência de Araraquara: filosofia marxista e ideologia existencialista*. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Paz e Terra: UNESP, 1986.